

PLANO DE ENSINO**Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas****PROFESSORES:** DR. RODRIGO VALENTE GIUBLIN TEIXEIRA**DISCIPLINA:** AÇÕES CONSTITUCIONAIS E DIREITOS DA PERSONALIDADE**CARGA HORÁRIA:** 45 H/A**CRÉDITOS:** 03**I – EMENTA**

Direitos humanos e evolução histórica. As transformações do Estado. Ativismo judicial. Controle difuso e concentrado de constitucionalidade. Mandado de segurança. Mandado de injunção. Ação civil pública. Ação popular. Ação de descumprimento de preceito fundamental. Ação direta de inconstitucionalidade. Ação direta de constitucionalidade.

II – BIBLIOGRAFIA

- ALEXY, Robert. **Teoría de los derechos fundamentales**. Madri: Centro de Estudios Constitucionales, 1993.
- ARAÚJO FILHO, Luiz Paulo da Silva. **Comentários ao código de defesa do consumidor: direito processual** (Arts 6º, VIII, 38 e 81 a 119). São Paulo: Saraiva, 2002.
- BARROSO, Luis Roberto. **O controle de constitucionalidade no direito brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 6ª edição, 2012.
- BELTRÃO, Sívio Romero. **Direitos da Personalidade de Acordo com o Novo Código Civil**. São Paulo: Atlas, 2005.
- BENJAMIN, Antônio Herman Vasconcelos e. **Controle das cláusulas contratuais abusivas – teoria e prática**. São Paulo: RT, 2007.
- BENVINDO, Juliano Zaiden. **On the limits of constitutional adjudication: deconstructing balancing and judicial activism**. Heidelberg; New York: Springer, 2010.
- CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. **Dimensões do Ativismo Judicial do STF**. São Paulo: Forense, 2014.
- CANARIS, Claus-Wilhelm. **Pensamento sistemático e conceito de sistema na ciência do direito, Introdução e Tradução por A. Menezes Cordeiro**, 2ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.
- CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. Coimbra: Portugal: Almedina, 7ª. reimpressão, 2014.
- CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Tradução: Ellen Gracie NORTHFLEET. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1988. CAPPELLETTI; GARTH, 1988.
- CARNEIRO, Athos Gusmão. **“Ação de rescisão contratual. Doutrina da gravidade suficiente do inadimplemento. Faculdade discricionária do juiz”**, in RF, ano 91, v. 329, p. 171-178, jan.-fev.-mar./95.
- CUPIS, Adriano de Cupis. **Os direitos da personalidade**. Lisboa: Livraria Moraes, 1961.
- DELGADO, José Augusto. **“O Código Civil de 2002 e a Constituição Federal de 1988: cláusulas gerais e conceitos indeterminados”**, in ALVIM, Arruda; CERQUEIRA CÉSAR, Joaquim Pontes de; ROSAS, Roberto (coords.). *Aspectos controvertidos do Novo Código Civil: escritos em homenagem ao Ministro José Carlos Moreira Alves*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2003, p. 392-420.
- DIMOULIS, Dimitri. **Teoria Geral dos direitos fundamentais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
- DINAMARCO, Pedro da Silva. **Ação civil pública**. São Paulo: Saraiva, 2001
- EFING, Antônio Carlos. **Contratos e procedimentos bancários à luz do Código de Defesa do Consumidor**. São Paulo: RT, 2000.
- EICHLER, Hermann. **“Codificação e a teoria dos sistemas do direito”**, in Rev. de Direito Civil, São Paulo, RT, v. 2, p. 43-58.

- FERRAJOLI, Luigi. *Los Fundamentos de Los Derechos Fundamentales*. 9. ed., Madri: Trotta, 2007.
- FILGUEIRA, Fábio Antônio Correa. *Princípio da Função Social do Contrato e o Seu Controle Jurisdicional (O)*, 1ª edição – Porto Alegre: Ed. Nuria Fabris, 2007.
- FRASCATI, Jacqueline Sophie Perieto Guhur. *Preliminares acerca da relevância jurídico-negocial do silêncio no Código Civil brasileiro de 2002*. Revista de Ciências Jurídicas, Publicação Oficial do Curso de Mestrado em Direito da Universidade Estadual de Maringá – nº. 2 – 2004.
- FRIEDE, R. Reis. *Aspectos fundamentais das medidas liminares em: mandado de segurança, ação cautelar, ação civil pública, ação popular*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- FRITZ, Karina Nunes. *Boa-Fé Objetiva na Fase Pré-Contratual. A Responsabilidade Pré-Contratual por Ruptura das Negociações*. Curitiba: Editora Juruá.
- GAJARDONI, Fernando da Fonseca. *Direitos difusos e coletivos II: ações coletivas em espécie: ação civil pública, ação popular e mandado de segurança coletivo*. São Paulo: Saraiva, 2012.
- GREGIO, Ivo de Jesus Dematei. *A revisão do contrato por onerosidade excessiva derivada de fato superveniente à sua formação, no direito civil, e no Código de Defesa do Consumidor*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Mestrado em Direito, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, jun. 2001.
- LENZA, Pedro. *Teoria da ação civil pública*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
- LIEBMANN, Enrico Tullio. *Manuale di diritto processuale civile, principi*. 5º ED. Milano: Giuffrè, 1992.
- LUHMAN, Niklas. *Legitimação pelo procedimento*. Tradução de Maria da Conceição. Brasília, UNB, 1980.
- MAGGIO, Marcelo Paulo. *Condições da ação: com ênfase à ação civil pública para a tutela dos interesses difusos*. 2. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2007
- MANDELBAUM, Renata. *Contratos de adesão e contratos de consumo*. São Paulo: RT, 1996.
- MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Ação civil pública: em defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e dos consumidores: lei 7.347/85 e legislação complementar*. 12. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- _____. *Interesses difusos. Conceito e legitimação para agir*. 6º Ed. São Paulo: Ed. RT, 2004.
- MARQUES, Cláudia Lima. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor – o novo regime das relações contratuais*. São Paulo: RT, 2005.
- MARTINS-COSTA, Judith. *A boa-fé no direito privado: sistema e tópica no processo obrigacional*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1999.
- _____(org.). *A reconstrução do direito privado: reflexos dos princípios, diretrizes e direitos fundamentais do direito privado*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2002.
- MARTINS-COSTA, Judith. “As cláusulas gerais como fatores de flexibilização do sistema jurídico”, *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, Senado Federal, v. 28, nº 112, p. 13-32, out./dez. 1991.
- MARTINS-COSTA, Judith. “O direito privado como um ‘sistema em construção’: as cláusulas gerais no Projeto do Código Civil brasileiro”, *Revista dos Tribunais*, São Paulo, ano 87, nº 753, p. 24-48, jul. 1998.
- MEDINA, Paulo Roberto de Gouvêa. *Direito Processual Constitucional*. 3º Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
- MEIRELLES, Hely Lopes. *Mandado de segurança, ação popular, ação civil pública, mandado de injunção, 'habeas data'*. 18. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 1997
- MENDES, Gilmar Ferreira. *Direitos Fundamentais e Controle de Constitucionalidade*. São Paulo: Saraiva, 4ª edição, 2012.
- MENDES, Gilmar Ferreira. VALE, André Rufino do. *Mandado de Injunção - Estudos Sobre Sua Regulamentação - Série Idp*. São Paulo: Saraiva, 2013.

- MILARÉ, Édís. *Ação civil pública: lei 7.347/1985-15 anos*. 2. ed. revista e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- MORA RESTREPO, Gabriel. *Justicia constitucional y arbitrariedad de los jueces: teoría de la legitimidad en la argumentación de las sentencias constitucionales*. 1ª ed. - Buenos Aires; Madrid; Barcelona: Marcial Pons, 2009.
- MORAES, Alexandre de. *Direitos Humanos Fundamentais*. 2º Ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- NALIN, Paulo. *Autonomia Privada na Legalidade Constitucional*. Vol. II. Curitiba: Editora Juruá, 2005.
- _____. *Princípios de Direito Contratual*. Vol. I. Editora Juruá, 2004.
- NEGREIROS, Teresa. *Teoria do Contrato: Novos Paradigmas*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.
- NEVES, José Roberto de Castro. *Boa-fé objetiva: posição atual no ordenamento jurídico e perspectivas de sua aplicação nas relações contratuais*. São Paulo/Rio de Janeiro: Revista Forense, v. 351, p. 161-178.
- NORONHA, Fernando. *Direito das Obrigações: fundamentos do direito das obrigações. Introdução à responsabilidade civil*. São Paulo: Saraiva, 2003, v. 1.
- NOVAIS, Jorge Reis. *As Restrições aos Direitos Fundamentais Não Expressamente Autorizadas Pela Constituição*. Coimbra: Coimbra, 2003.
- PERLINGIERI, Pietro. *Perfis do Direito Civil. Introdução ao Direito Civil Constitucional*, 2ª ed. Rio: Renovar, 2002, 359 p.
- OLIVEIRA, Francisco Antonio de. *Mandado de injunção: da inconstitucionalidade por omissão*. 2.ed. rev., atual e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.
- PACHECO, José da Silva. *O mandado de segurança e outras ações constitucionais típicas*. 6. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.
- PREDIGER, Carin. “A noção do sistema no direito privado e no Código Civil como eixo central”, in MARTINS-COSTA, Judith (org.). *A reconstrução do direito privado: reflexos dos princípios, diretrizes e direitos fundamentais do direito privado*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2002, p. 145-173.
- RAMOS, Elival da Silva**. Ativismo Judicial - Parâmetros Dogmáticos. **São Paulo: Saraiva, 2ª edição, 2015.**
- REVOREDO, Alda Regina. *Contrato. Função Social e Cláusulas Abusivas*. Curitiba: Editora Juruá, 2008.
- RUFFIA, Paolo Biscaretti di. *Introducción al Derecho Constitucional Comparado*. Trad. Héctor Fix-Zamudio. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- RUGGIERO, Cristina M. *Judicial Power in a Federal System: Canada, United States and Germany*. Law and society, 2012.
- SACCO, Fábila dos Santos. *A onerosidade excessiva no novo código civil*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Mestrado em Direito, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, out. 2003.
- SAMPAIO, José Adércio Leite. *Direitos Fundamentais: retórica e historicidade*. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.
- SANTIAGO, Mariana Ribeiro. *Princípio da Função Social do Contrato*, O – Prefácio de Maria Helena Diniz – Princípio Contratual – Contrato Eletrônico – Contrato Coletivo – Contrato-tipo – Direito Comparado. 2ª ed. Curitiba: Editora Juruá, 2008.
- SCHMITT, Carl. *Teoria de La Constitución*. Trad. Francisco Ayala. Madrid: Alianza Editorial, 1996.
- SILVA, José Afonso da. *Ação Popular Constitucional*. São Paulo: Malheiros Editores, 2º edição, 2007.
- SOUSA, Rabindranath Valentino Aleixo Capelo de. *O direito geral de personalidade*. Coimbra: Coimbra, 1995
- WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Uma reflexão sobre as “cláusulas gerais” do Código Civil de 2002*. *A função social do contrato*. Revista dos Tribunais. São Paulo, nº 831, p. 59 -77, jan 2005.



Unicesumar – Centro Universitário Cesumar
Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão
Mestrado em Ciências Jurídicas